



Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural – COMPHAC

Aos **trinta dias** do mês de **setembro** de **dois mil e vinte três**, em segunda convocação, reuniram-se no Auditório Elmano Ferreira Veloso, localizado na sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sito à Av. Olivo Gomes, nº 100, Santana, nesta, **Sr. Washington Benigno de Freitas**, Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural – COMPHAC, os Conselheiros, **Dr. Wagner Hernandez** e sua suplente **Bianca Aquino** - representantes da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo– FCCR, **Arq. Robson Bernardo** e sua suplente **Arq. Sonia Vidal Di Maio** – representantes da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo– FCCR, **Arq. Isabela Janotta Janson** – representante da Secretaria de Planejamento Urbano – SPU, **Arq. Cristina Santos de Moraes** – representante da Secretaria de Gestão Habitacional e Obras – SGHO, **Dra. Arq. Claudia Maria de Almeida** – representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, **Alessandro Rodrigues** e sua suplente **Maria Helena Nogueira Camargo** – representantes do Clube Joseense de Amigos, **Prof.ª Dra. Katerine Roman Barreto** – representante da Universidade Vale do Paraíba – Univap, **Prof.º Edo Paiotti** – representante do Instituto de Estudos Valeparaibanos, **Thaís Costa Fernandes** – representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, **Arq. Ivo Alexandre Sakamoto** – representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, **Mario Lúcio Sapucahy** e seu suplente **Arq. Ricardo José Romano Veiga** – representantes da Associação Parque Burle Marx – APBM. O presidente do Conselho, Sr. Washington Freitas abre a reunião dando boa tarde a todos os presentes e passa para o **primeiro item da pauta**: “Analisar e deliberar sobre a aprovação das atas das reuniões de 27/05/2025, 11/06/2025 e 08/08/2025”, informando que a ata da reunião de 08/08/2025 não foi finalizada a tempo para a votação, sendo assim, indagando aos conselheiros presentes se a leitura das atas das reuniões de 27/05/2025, 11/06/2025 poderia ser dispensada, vez que foram enviadas anteriormente por e-mail; havendo a concordância de todos, essas atas, colocadas em votação, são aprovadas por unanimidade. O presidente informa que os técnicos que viriam apresentar o **segundo item da pauta**: “Conhecer, discutir e deliberar acerca da mudança de locatário do Antigo Cine Teatro Paratodos e nova comunicação visual a ser aplicada no bem preservado” estão em trânsito e pede permissão para inverter a ordem das pautas, colocando-a por último. Passando para o **terceiro item** da pauta: “Conhecer, discutir e deliberar acerca das “Intervenções efetivadas na Casa Carlos Milan, patrimônio tombado com frente para a avenida Rui Barbosa nº 772, onde atualmente está estabelecida uma academia de ginástica”, o Arq. Robson Bernardo, esclarece que o imóvel em questão, não é preservado a nível municipal, pois o imóvel que foi preservado é a residência onde atualmente funciona o Centro Cultural José Mira. O presidente agradece os esclarecimentos e passa para o **quarto item da pauta**: “Conhecer, discutir e deliberar acerca do evento realizado no interior do Parque da Cidade Roberto Burle Marx nos dias 12, 13 e 14 de setembro ocupando o galpão Gaivota e extensa área de gramado no entorno da Alameda das Palmeiras Imperiais”, o presidente contextualiza que atualmente, uma série de eventos vem acontecendo dentro do Parque, o que tem levado à preocupação no sentido de sua preservação e que esse evento especificamente, gerou muito ruído de comunicação, foi



colocado, sem autorização, um tapume na frente do parque, imediatamente retirado por ordem do prefeito, feita a contextualização, o conselheiro Mario Lúcio Sapucaí é convidado a fazer a exposição e fazendo uso da projeção digital, relata que esteve no primeiro dia do evento e depois, quando já tinha passado cinco dias do final do evento, destaca a enorme quantidade de carros e pessoas por cima do gramado, em uma época bastante crítica em relação a estiagem, afirma que o Parque carece de um trabalho que estabeleça a capacidade de suporte do mesmo, avaliando a quantidade de pessoas ou qualquer outra atividade e os resultados que essa atividade causa, acredita que, sempre que houver um evento desse, os responsáveis pelo Parque, devem mensurar os impactos dessa atividade. Através da projeção de fotos, evidencia a quantidade de carros, caminhões, que circularam e que estacionaram na parte do gramado que fica na frente do “Galpão Gaivota” que foi todo tomado para servir de estacionamento, enquanto o estacionamento junto ao “CEFE”, estava praticamente desocupado, ocorrendo também, o fechamento de uma área imensa, onde o público não podia utilizar, sem nenhuma justificativa, a não ser delimita-la como área sobre o controle do evento, fazendo que, no período em que o evento acontece, a Prefeitura abre mão de um direito do cidadão de usa-la para seu lazer. Na área, por exemplo, ao lado da portaria, havia uma tenda que servia de baia onde os cavalos ali ficaram por quatro ou cinco dias, esburacando essa área, bem como a área onde havia exibição de cavalos, que também foi bastante pisoteada, sendo assim, acredita que se precisa estabelecer limites para isso, explicitando quando é que a Prefeitura pode fazer e o que é que ela pode fazer. O presidente Washington Freitas agradece as colocações feitas e observa que uma forma de sanar essas situações, seria o COMPHAC oficializar a Prefeitura ou a quem faz a gestão das locações para que esses eventos ocorram, que é o Departamento de Eventos da Prefeitura, para que projetos de grande porte como esse, tenham que se passar pelo Conselho antes de ser aprovado, visto que esses projetos, essas demandas não ocorrem do dia para a noite, existindo um planejamento para essas feiras maiores. O Arq. Ricardo Veiga lembra que no primeiro estudo do plano de ocupação do Parque da Cidade, já se recomendava um estudo de impacto para esses eventos e que na época do aniversário da cidade, reuniam-se 5 mil pessoas e não havia estrutura sanitária para isso, fazendo que no dia seguinte, o Parque estivesse completamente imundo, bem como, a festa do Revelando São Paulo, que tinha um impacto muito grande. O arquiteto sugere que além da licença do COMPHAC, precisa ter uma anuência do IPHAN também e lembra que em relação a esse último evento, houve uma manifestação do IPHAN e afirma que além dessa recomendação para que se faça um pedido de autorização para esses eventos, é fundamental que se faça esse estudo de impacto, já estabelecendo o limite de usuários. O conselheiro Mario Lúcio Sapucaí, apresenta a manifestação do IPHAN em relação à uma denúncia feita ao órgão no que diz respeito a esse último evento: “Denúncia - O Parque Burle Marx de São José dos Campos é preservado em nível municipal e tombado pelo IPHAN. No entanto, qualquer aparente consulta aos órgãos ambientais do patrimônio histórico, sem qualquer aparente consulta, a Prefeitura autorizou na área do Parque uma gigantesca feira de tecnologia do agronegócio, sendo que a montagem e estruturação da feira, que se inicia amanhã, está causando inúmeros impactos ambientais no patrimônio histórico preservado do Parque, desrespeitando o plano diretor do Parque e também o plano de manejo e gestão do Parque,



sendo necessária uma fiscalização e intervenção urgente para evitar que os impactos se tornem irreversíveis”, no que a ouvidoria do órgão responde que, “em consulta à superintendência do IPHAN”, se manifestou nos seguintes termos: “Cumpre informar que, em 18 de setembro de 2025, a equipe técnica do IPHAN realizou a vistoria no Parque Burle Marx, complexo da antiga Fábrica Tecelagem Parahyba, em São José dos Campos, ocasião em que foi constatada a instalação de toldos para a realização do evento no local. Considerando tratar-se de bem tombado em nível federal, qualquer intervenção deve ser previamente submetida à análise do IPHAN, de acordo com os procedimentos previstos na Portaria 420 de 2010, que disciplina as condições para autorização de instalações provisórias em bens protegidos. Diante do verificado, será emitida notificação à Prefeitura de São José dos Campos, a fim de que sejam apresentados os documentos técnicos e administrativos pertinentes, possibilitando a análise da intervenção e a verificação de sua compatibilidade com a preservação do bem cultural tombado. O IPHAN seguirá acompanhando a situação com vistas a resguardar a integridade do Parque, de modo a evitar impactos negativos permanentes, tanto no patrimônio histórico quanto na ambiência paisagística e ambiental”. O presidente pede para encaminhar esse documento ao GPH, de maneira a embasar o ofício para a Prefeitura. O conselheiro Alessandro Rodrigues representante do Clube de Joseenses e Amigos, observa que ao acompanhar alguns dos eventos no Parque da Cidade, não vê critério para o posicionamento e estacionamento de diversos carros, viaturas de apoio, como por exemplo, viaturas da GCM, que tem uma estrutura complexa, pois conta com a bicicleta, que é a G-Bike, moto, que é a G-Tan, carros, que é a GCM, e robô. Ficando todas espalhadas e que apesar de desconhecer se existe aí uma estratégia, mas sacrificando o gramado e a paisagem toda, havendo também, caminhões da Urban e da Prefeitura, como de elétrica, caminhão-pipa, caminhão de serralheria, marcenaria, que ficam espalhados exatamente na data da festa ou do evento e sugere a criação de um bolsão de estacionamento para essas viaturas. O conselheiro acredita que deve existir uma estratégia, pois é necessário haver rondas, mas que não fique tudo espalhado, cada um num ponto, a ambulância particular, a diretoria do SAMU, então que fosse apresentado um projeto em que toda essa estrutura de forças integradas com a estrutura da festa ficassem estacionadas apenas no único bolsão, que fosse apresentado um projeto para isso. O presidente considera interessante essa sugestão e lembra que nas festas organizadas pela própria FCCR, que é o Revelando São Paulo em parceria com o Governo do Estado ou a Festa do Mineiro, há um mapa de mobilidade, onde se ocupa o lado esquerdo do “Galpão Gaivota”, para o maquinário e carros da Urban e considera pertinente que nesse mesmo ofício, se os conselheiros e as conselheiras autorizarem, seja sugerido a criação de um mapa de mobilidade desses carros que estarão circulando, seja da Guarda Municipal, da Urban, da Manutenção de Cidade, ambulância de apoio e esse bolsão e se compromete a oficializar a Prefeitura anexando cópia da ata dessa reunião. Passa-se ao **quinto item** da pauta: “Conhecer, discutir e deliberar acerca da “Retomada da discussão e formação de grupo de trabalho para elaboração Plano de Preservação do Jardim Esplanada e Adjacências, a partir dos trabalhos realizados em abril de 2016”, sendo convidado a fazer uma contextualização do item, o Arq. Robson Bernardo, que lembra a formação de um grupo de trabalho para a preservação dessa área do Jardim Esplanada e adjacências em 2016, quando foram traçados os princípios básicos para essa



preservação, porém, com a pandemia, houve a interrupção desse estudo, mas agora com esse pedido de retomada dessa demanda. O Arq. Ricardo Veiga explica que desse trabalho anterior, já se evoluiu para um outro formato, pois, não seria mais a preservação de um bairro, mas a criação de um perímetro de proteção dessa região toda, que inclui Esplanada, Jardim Apolo, Jardim Nova América, o Esplanada 2 e a baixada do bairro, já havendo um grupo formado, e se gostaria de se submeter ao Conselho, para ver se haveria mais alguém que pudesse participar desse trabalho. Além da questão patrimonial, o arquiteto considera que esse estudo tem também o aspecto sanitário, porque houve nas últimas modificações da lei de zoneamento, um adensamento muito grande, que começa no Bela Vista e vai subindo para o centro da cidade, Vila Adyana, Vila Ema, até chegar no talude da Avenida Jorge Zarur, com esse adensamento, se não se atentar em relação ao gabarito do Jardim Esplanada, será criada uma barreira que cercará esse centro todo adensado, sem ventilação nenhuma, tornando a preservação do Esplanada e dessas áreas adjacentes, uma questão sanitária também. Lembra que esse grupo de trabalho já conta com a participação do Arq. Robson Bernardo, Arq. Sonia Di Maio, Arq. Ricardo Veiga, Eng. Vitor Chuster e Mario Lúcio Sapucaí. O presidente Washington Freitas questiona se mais algum conselheiro gostaria de compor esse grupo de trabalho e considera ser de extrema importância esse pré-estudo que será apresentado posteriormente ao COMPHAC para avaliação e sugere que seja enviado aos conselheiros um e-mail, falando sobre o grupo, data de reunião e um convite caso mais algum conselheiro queira entrar nesse grupo de trabalho, sendo assim, retoma-se ao [segundo item da pauta](#): “Conhecer, discutir e deliberar acerca da mudança de locatário do Antigo Cine Teatro Paratodos e nova comunicação visual a ser aplicada no bem preservado”, na ausência dos solicitantes, que não chegaram a tempo para a apresentação do item, é convidado o Arq. Robson Bernardo para essa exposição e fazendo uso da projeção digital, explica ter recebido a comunicação dos atuais ocupantes do Antigo Cine Paratodos, que estariam deixando o local, mas repassando a ocupação deste bem preservado a um novo empreendedor, que já foi orientado sobre a obrigação de submeter previamente ao COMPHAC toda e qualquer intervenção que queira promover no imóvel, inclusive no que diz respeito à comunicação visual aplicada na fachada, sendo assim, o novo empreendedor decidiu promover somente, a mudança da identidade visual da marca, saindo o logo das Lojas Mel e entrando o logo das Lojas Elisa Mix, usando os espaços atuais já aprovados pelo Conselho, ou seja, a utilização das bandeiras das portas como área da programação visual, as bandeiras da porta principal, o totem vertical que remete à época do cinema, com as cores, por enquanto, do acabamento do prédio estarão permanecendo as mesmas. O presidente agradece a apresentação e abre a palavra aos conselheiros. O Arq. Ricardo Veiga, questiona o layout da programação visual do totem central, que além do logo da marca, apresenta uma lista de produtos disponíveis na loja, soando mais como uma propaganda, do que como um display de identidade de um ponto comercial e sugere a retirada desta lista nesse layout, tornando mais limpo o visual deste totem. O Arq. Ivo Sakamoto complementa que realmente, na loja Mel tinha os suportes, mas eram mais para identificação da marca da loja e acredita que a diretriz deva ser de indicar apenas a identificação da marca da loja, do comércio, sem propaganda ou itens informativos. O presidente concorda com as colocações feitas pelos conselheiros e sugere que se faça a votação de aprovação da



comunicação visual, com a ressalva de se retirar a listagem de produtos disponíveis na loja do totem central, bem como a reafirmação de que qualquer nova alteração no layout da comunicação visual, deva ser submetido novamente para apreciação do COMPHAC. Colocada a proposta em votação, é aprovada por unanimidade com as ressalvas discriminadas, sendo assim, não havendo pontos a serem tratados no **sexto item da pauta**: “Assuntos de interesse geral do Conselho”, o Sr. Washington Freitas agradece a presença de todos, dando por encerrada a reunião. Eu Robson Bernardo lavrei a presente ata, em 05 folhas e que vai assinada pelo Presidente e por mim.

Robson Bernardo
Secretário do COMPHAC

Washington Freitas
Presidente do COMPHAC